



PF mira grupo por roubo a banco no Paraná

Ação conta com apoio da PMPR



A Polícia Federal, com a participação da Polícia Militar do Paraná, deflagrou nesta quarta-feira, 19/2, a Operação Bicho do Mato, visando desarticular grupo criminoso responsável pelo roubo a banco cometido em 26/9/2024 na cidade de Itaperuçu/PR, região metropolitana de Curitiba.

Naquela ocasião, quatro criminosos fortemente armados, portando e disparando armas de fogo de grosso calibre, tomaram de assalto a unidade da Caixa Econômica Federal localizada no centro daquele município e subtraíram cerca mais de R\$ 230 mil.

A investigação contou com a participação da Polícia Militar atuante na circunscrição do delito auxiliando na identificação de suspeitos de terem participado direta e indiretamente na ação criminosa, todos com histórico criminal em delitos graves contra o patrimônio.

Nesta fase ostensiva das investigações, cerca de 25 policiais federais, com apoio de equipes da PM/PR, foram as ruas para cumprimento de cinco mandados de busca e apreensão, 4 mandados de prisão cautelar, sendo duas preventivas e duas temporárias, além de colheita de material genético dos envolvidos.

As ações ocorreram nas cidades de Curitiba, Fazenda Rio Grande/PR e Colombo/PR, e os elementos de informação colhidos durante as diligências servirão para ajudar na identificação de outros envolvidos no crime. As ordens judiciais foram expedidas pela 23ª Vara Federal da capital paranaense.

Comunicação Social da Polícia Federal no Paraná

E-mail: cs.srpr@pf.gov.br

PF realiza credenciamento e fiscalização de vigilantes durante evento internacional em Curitiba

A ação foi conduzida pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP) da Superintendência da Polícia Federal no Paraná



Curitiba/PR. A Polícia Federal realizou, no dia 18/2, o credenciamento e a fiscalização de vigilantes em evento na Pedreira Paulo Leminski, em Curitiba. O credenciamento dos profissionais ocorreu de modo que apenas vigilantes devidamente habilitados atuassem no evento.

A fiscalização foi realizada em tempo real, com o objetivo de verificar a regularidade dos profissionais em atividade e assegurar o cumprimento da legislação vigente, permitindo verificar a conformidade para que todos estivessem devidamente registrados e aptos para a função.

A ação foi conduzida pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP) da Superintendência da Polícia Federal no Paraná, responsável pela fiscalização do setor de segurança privada no estado.

O credenciamento e a fiscalização rigorosa das atividades de vigilância são fundamentais para garantir a segurança do público, a qualidade do serviço prestado e a legalidade das empresas credenciadas. A atuação da Polícia Federal nesse tipo de evento reforça a importância da segurança privada regulamentada, proporcionando maior proteção para a sociedade e credibilidade para o setor.

Comunicação Social da Polícia Federal no Paraná

cs.srpr@pf.gov.br

BRICS discute impactos da inteligência artificial no trabalho e reforça compromisso com a proteção social

Encontro virtual do Grupo de Trabalho sobre Emprego destaca qualificação profissional e inclusão como prioridades para enfrentar desafios da transformação digital



Foto: André Camargo/MTE

Terminou nesta quinta-feira (13) a primeira etapa da reunião virtual do Grupo de Trabalho (GT) sobre Emprego do BRICS, a partir de Brasília. Durante dois dias os participantes debateram os impactos da transformação digital e da inteligência artificial no mundo do trabalho, com foco especial na proteção social e na capacitação dos trabalhadores.

Os representantes dos países-membros – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e dos novos integrantes, como Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, compartilharam iniciativas e políticas inovadoras, a partir de suas experiências e propostas para criar soluções que acompanhem a realidade da digitalização e a transformação

do mercado de trabalho. Os debates enfatizaram a necessidade de criar mecanismos que protejam os trabalhadores mais afetados pelas mudanças digitais, especialmente os grupos mais vulneráveis – como os trabalhadores mais velhos, mulheres e os profissionais do setor informal.

Os trabalhos do GT foram coordenados pela chefe da Assessoria de Relações Exteriores do MTE, Maíra Lacerda, representante do Brasil e responsável pela articulação dos debates. Ela destacou o compromisso do grupo com a proteção social. “A transformação digital não é uma promessa futura; ela já está aqui, e precisamos criar políticas de proteção social que ofereçam suporte imediato aos trabalhadores deslocados por essas mudanças”, avaliou.

O representante da Rússia, Denis Gulyaev, afirmou que seu país defende que políticas sólidas de proteção social são essenciais para enfrentar os desafios impostos pela rápida transformação do mercado de trabalho, garantindo a segurança e a dignidade dos trabalhadores.

Um dos temas relevantes foi a importância de oferecer programas de qualificação e treinamento contínuo, para que os trabalhadores possam se adaptar às novas exigências do mercado digital e aproveitar as oportunidades emergentes. Para Chaman Lal Guleria, representante da Índia, as novas tecnologias criam oportunidades, mas também impõem desafios para trabalhadores com mais idade, mulheres e grupos vulneráveis. “É nosso compromisso dobrar a cobertura de proteção social e promover a inclusão no mercado de trabalho”, declarou.

O representante chinês, Jiang Wei, destacou que “na china investimos fortemente em programas de capacitação e treinamento para que todos os trabalhadores, especialmente os grupos mais vulneráveis, possam se reinventar e prosperar”.

Os participantes ressaltaram a importância de compartilhar experiências e adotar soluções inovadoras, inclusive utilizando a inteligência artificial para aprimorar a distribuição de benefícios e otimizar os sistemas de proteção social.

Nas discussões os participantes evidenciaram que, além de proteger, é fundamental capacitar os trabalhadores para que possam se adaptar a um mercado em constante mudança. “É essencial que os programas de qualificação estejam alinhados às necessidades atuais, permitindo que cada trabalhador se adapte e aproveite as novas oportunidades que surgem no mercado”, explicou Maíra.

O Egito, segundo seu representante, Amira Fathy, “enxerga a proteção social como um direito fundamental, garantindo que cidadãos e estrangeiros residentes tenham acesso a serviços de seguro social e a uma vida digna”.

Segundo Alia Ibrahim, representante dos Emirados Árabes Unidos, “estamos comprometidos em liderar o desenvolvimento de políticas laborais que garantam o bem-estar de todos os trabalhadores, por meio de um sistema abrangente de proteção social”, afirmou.

Os debates também destacaram a importância de um intercâmbio efetivo entre os países participantes, permitindo que as melhores práticas sejam compartilhadas e adaptadas. As contribuições de todos os representantes demonstraram que, embora cada nação tenha suas particularidades, os desafios enfrentados são comuns e a cooperação é a chave para encontrar soluções práticas.

Sul Global - Com o lema “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança Mais Inclusiva e Sustentável”, a presidência brasileira do BRICS busca promover um desenvolvimento global mais equitativo, baseado na cooperação econômica e social entre os países emergentes.

Para o ministro Luiz Marinho, a presidência brasileira do BRICS em 2025 representa uma oportunidade especial para o Ministério do Trabalho e Emprego. “Vivemos tempos de transformações velozes. A inteligência artificial deixou de ser uma promessa distante. É uma realidade que redesenha as relações de trabalho, desafia modelos estabelecidos e nos convida a refletir sobre o papel da tecnologia em nossas sociedades”, afirmou.

Próximos passos - A segunda etapa preparatória do GT sobre Trabalho e Emprego do BRICS será realizada nos dias 27 e 28 de fevereiro, no mesmo formato. Os trabalhos de encerramento das atividades do GT ocorrerão entre os dias 22 e 25 de abril deste ano, em Brasília (DF).

Fonte: MTE

Presidentes das comissões são eleitos conforme acordo entre as lideranças



Entres as 14 comissões definidas, está a Comissão de Constituição e Justiça, que será presidida por Otto Alencar Edilson Rodrigues/Agência Senado

Das 16 comissões permanentes do Senado, 14 elegeram seus presidentes nesta quarta-feira (19). Somente as comissões de Comunicação e Direito Digital (CCDD) e da Defesa da Democracia (CDD) ainda não formalizaram o nome de seus presidentes. Os nomes, confirmados pelos integrantes das comissões, foram definidos por consenso entre as lideranças partidárias.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, definiu como exitosa a reunião de líderes ocorrida nessa terça-feira (18). Segundo Davi, a reunião colaborou com o sucesso do início dos trabalhos das comissões permanentes. Ele disse que a cordialidade e a pacificação na eleição dos presidentes das comissões merecem destaque. Davi ainda parabenizou os eleitos e ressaltou o respeito à proporcionalidade das bancadas e dos partidos na definição das presidências de cada comissão.

— Isso dará autonomia e independência para que as comissões temáticas possam trabalhar, respeitando a divergência e o contraditório, avançando nas matérias que tramitam em todas as comissões. O Senado está dando um sinal claro de pacificação e moderação. O Senado está fortalecido e as comissões poderão trabalhar com tranquilidade, buscando o bem comum — declarou Davi, no Plenário.

— O senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse que a reunião de líderes dessa terça-feira com o presidente Davi Alcolumbre permitiu a viabilização dos últimos ajustes entre partidos e blocos para a definição das presidências de cada comissão. Ele comemorou o fato de o MDB presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o senador Renan Calheiros (AL), e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com Marcelo Castro (PI). Segundo Braga, a indicação dos nomes para as vice-presidências deve ocorrer depois da semana do Carnaval.

— Estamos começando o ano legislativo, depois da eleição do presidente Davi, com a instalação das comissões permanentes, a formalização dos blocos e a preparação da agenda, para que possamos prestar um grande serviço ao povo brasileiro no ano de 2025 — registrou.

Braga indicou que a votação do Orçamento 2025 e de projetos da pauta econômica estão entre as prioridades do Senado para este ano. Ele disse que a população precisa receber um serviço de mais qualidade e de mais eficiência e apontou que a questão da segurança pública também deve ser encarada como prioridade.

Trabalho

De acordo com o senador Efraim Filho (União-PB), as comissões são “o coração pulsante do Senado”. Ele disse que é normal que a atenção do povo esteja mais concentrada no Plenário, mas lembrou que os assuntos são previamente debatidos nas comissões. O senador prevê um ritmo intenso na produção legislativa do Senado e apontou a agenda econômica e a segurança pública como prioridades. Efraim também disse que governo e oposição terão seus espaços respeitados e definidos. O senador destacou o clima de sintonia e harmonia na instalação das comissões.

— Começar com esse acordo e com essa harmonia mostra que o Parlamento está consciente de que é um ano de muito trabalho — afirmou o senador.

Na visão da senadora Zenaide Maia (PSD-RN), o trabalho das comissões tem uma importância fundamental para o processo legislativo e para a democracia. Ela citou temas importantes que estão sendo tratados nas comissões, como a regulamentação do cigarro eletrônico (PL

5.008/2023), que está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e outros projetos que tratam da previdência social e do amparo ao trabalhador. A senadora vai integrar a Comissão de Educação e Cultura (CE), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a CAS.

— Precisamos estar atentos ao trabalho das comissões, para barrar qualquer projeto que não faça a política do bem comum e que atrapalhe a vida da população — declarou a senadora.

Prioridades

Ao tomar posse como presidente da CAE, o senador Renan Calheiros defendeu o controle dos subsídios concedidos pela União à iniciativa privada. Segundo Renan, os benefícios somam R\$ 643 bilhões. Ele também disse que a comissão vai enfrentar outros temas ligados ao controle dos gastos e citou como exemplos os imóveis da União, os contratos públicos e os chamados “supersalários” — a remuneração de servidores públicos acima do teto previsto na Constituição de 1988.

— A questão dos supersalários hoje entedia o país. Temos na Constituição um princípio que é autoaplicável. Quando [fui] presidente do Senado, retiramos 1.300 funcionários que ganhavam acima do teto. Essa demanda foi para o Supremo Tribunal Federal, e nós ganhamos — destacou Renan.

Novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Otto Alencar (PSD-BA) prometeu muito trabalho, ao dizer que será “o primeiro a chegar e o último a sair”. Ele afirmou que vai buscar a sintonia entre CCJ e Plenário e indicou a continuidade da regulamentação da reforma tributária (PLP 108/2024), a defesa do desenvolvimento e o zelo pela democracia como prioridades dentro da comissão.

Ao assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos (CDH), a senadora Damares defendeu como prioridades do colegiado a universalidade dos direitos humanos, “sem nenhuma relativização”, inclusive o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à justiça e à segurança. Damares também destacou como foco do seu trabalho a proteção à primeira infância, à família em todas as suas configurações, às mulheres, aos jovens e,

principalmente, a reformulação do Estatuto do Idoso. Conforme Damares, “nenhum assunto será negligenciado”.

— Todos os temas que forem trazidos para esta comissão por um senador, por um membro desta comissão, esse tema vem para a mesa. Nós não vamos deixar nenhum tema na gaveta por ideologia, por uma questão partidária ou porque a gente está sem tempo de discutir — apontou a senadora.

Veja abaixo a lista completa das comissões e seus novos presidentes para o biênio 2025-2026.

Comissão	Presidente
Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)	Otto Alencar (PSD-BA)
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)	Zequinha Marinho (Podemos-RR)
Comissão de Esporte (CEsp)	Leila Barros (PDT-DF)
Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT)	Flávio Arns (PSB-PR)
Comissão de Educação e Cultura (CE)	Teresa Leitão (PT-PE)
Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC)	Dr. Hiran (PP-RR)
Comissão de Segurança Pública (CSP)	Flávio Bolsonaro (PL-RJ)
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Renan Calheiros (MDB-AL)
Comissão de Infraestrutura (CI)	Marcos Rogério (PL-RO)
Comissão de Direitos Humanos (CDH)	Damares Alves (Republicanos)
Comissão de Meio Ambiente (CMA)	Fabiano Contarato (PT-ES)
Comissão de Relações Exteriores (CRE)	Nelsinho Trad (PSD-MS)
Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Marcelo Castro (MDB-PI)
Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR)	Professora Dorinha Seabra (União-TO)

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Com novas bancadas, Senado finalizou definição de comissões



Bloco Democracia, liderado por Efraim Filho, reúne MDB, União, Podemos e PSDB, e se torna o maior bloco no Senado
Edilson Rodrigues/Agência Senado

A definição dos comandos das comissões temáticas do Senado nesta quarta-feira (19) levou em consideração recentes mudanças na composição dos blocos partidários. O rearranjo inclui a decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) de deixar o bloco Resistência Democrática, do qual fazia parte junto ao PSD e ao PSB. O PT se uniu ao PDT para formar o recém-criado Bloco Parlamentar pelo Brasil.

De acordo com a regra da proporcionalidade, os maiores partidos e blocos têm direito a mais assentos nas comissões, além de indicarem mais presidentes e vice-presidentes para os colegiados. Líder do novo bloco, Weverton (PDT-MA) apontou que as siglas têm pautas convergentes.

— Estarei liderando este bloco, aqui no Senado Federal, para nós, juntos, ajudarmos o presidente Lula a fazer com que o trabalho que a gente tem construído no Brasil chegue na ponta, cuidando de quem precisa, das pessoas mais humildes — afirmou o parlamentar.

Com a saída do PT, o Bloco Resistência Democrática, que antes era o maior, passou de 28 para 19 senadores, ficando atrás do Bloco Democracia. Além de MDB e União Brasil, o agora grupo mais numeroso da Casa reúne mais duas legendas: Podemos e PSDB, somando 25 integrantes no total. A nova configuração de forças também resultou na extinção do Bloco Independência, que contava com senadores do Podemos, PSDB e PDT.

— Fizemos o maior bloco da Casa na criação das comissões, o Bloco Democracia. São 25 senadores. Será com certeza um bloco com capacidade de estar na dianteira dos debates — apontou Efraim Filho (União-PB), líder do grupo.

O partido ou bloco com maioria absoluta de integrantes da Casa define a liderança da Maioria. Já a maior bancada de oposição indica o líder da Minoria. Ao todo, cinco blocos partidários estão em funcionamento no Senado. Confira o antes e depois:

Fonte: Agência Senado

Atuais Blocos Partidários

Bloco	Partidos	Integrantes	Líder
Democracia	(MDB, União, Podemos e PSDB)	25	Efraim Filho (União-PB)
Resistência Democrática	PSD e PSB	19	Eliziane Gama (PSD-MA)
Vanguarda	PL e Novo	15	Wellington Fagundes (PL-MT)
Pelo Brasil	PT e PDT	12	Weverton (PDT-MA)
Aliança	Progressistas e Republicanos	10	Dr. Hiran (PP-RR)

*Líder da Maioria: Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
 *Líder da Minoria: Ciro Nogueira (PP-PI)

Blocos Partidários antes das mudanças

Bloco	Partidos	Integrantes
Resistência Democrática	PSD, PT, PSB	28
Democracia	MDB e União Brasil	18
Vanguarda	PL e Novo	15
Independência	Podemos, PSDB e PDT	10
Aliança	Progressistas e Republicanos	10

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
 cntv@terra.com.br
 (61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
 Térreo, lojas 09-11
 73300-000 Brasília-DF